INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Aviso n.º 21905/2011

Lista unitária de ordenação final

Procedimento Concursal para preenchimento de 1 posto de trabalho por tempo indeterminado de técnico superior na área de contabilidade, publicitado no *Diário da República,* n.º 136, 2.ª série, aviso n.º 14396/2011 de 18 de Julho de 2011.

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior na área de contabilidade do mapa de pessoal do Instituto Superior de Engenharia do Porto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicitado no *Diário da República,* n.º 136 2.ª série, aviso n.º 14396/2011, de 18 de Julho de 2011, homologado por despacho do Presidente do ISEP, Doutor João Manuel Simões da Rocha, em 26 de Outubro de 2011 e a seguir discriminada:

Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos Aprovados

Ordenação	Nome	Classificação final — Valores
1°	Marta Alexandra Oliveira Moutinho	12.90
2 °	Andreia Marlene Marques Lopes.	12.75

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º a lista unitária está afixada no átrio do edifício E, e publicitada na página do ISEP, bem como notificados por email todos os candidatos do procedimento.

Os candidatos podem, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, interpor recurso da homologação da lista unitária de ordenação final.

26 de Outubro de 2011. — O Presidente do ISEP, *João Manuel Simões da Rocha*.

205296812

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Aviso (extracto) n.º 21906/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugada com o artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém de 27 de Outubro de 2011, foi homologada a acta do júri designado para avaliar o período experimental da Trabalhadora, Joana Margarida Serralheiro Plantier, na carreira/categoria de Assistente Técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, onde consta que concluiu com sucesso o período experimental, de acordo com o relatório de avaliação elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 12, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

28 de Outubro de 2011. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

205297403

Despacho (extracto) n.º 14982/2011

Por despacho de 17 de Outubro de 2011, do Presidente deste Instituto foi a Ilídio Filipe Santos Pedro, precedendo procedimento concursal, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em período de experimental, como Assistente Operacional, para exercer funções na ESAS, deste Instituto, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1, da tabela remuneratória do regime geral da administração pública.

17/10/2011. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

205299283

Despacho (extracto) n.º 14983/2011

Por despacho de 17 de Outubro de 2011, do Presidente deste Instituto foi a Isabel Maria Gaspar Teixeira de Almeida, precedendo procedimento concursal, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em período de experimental, como Assistente Operacional, para exercer funções na ESAS, deste Instituto, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1, da tabela remuneratória do regime geral da administração pública.

17/10/2011. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

205299137

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Aviso n.º 21907/2011

Concurso externo de ingresso para admissão a estágio de seis especialistas de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática do mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos da alínea *a*), do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 24/10/2011, foi autorizada a abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República,* concurso externo de ingresso para admissão a estágio, tendo em vista a ocupação de 6 postos de trabalho de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do IPS, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR) e sucessivas alterações, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, Lei n.º 59/2008 e sucessivas alterações, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril e o Código do Procedimento Administrativo.

3 — Reserva de recrutamento — Para efeitos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, declara-se que não estão constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e que este procedimento não foi precedido de consulta à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), dado que, não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, está temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

4 — Âmbito do recrutamento:

4.1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

4.2 — Tendo em consideração a escassez de recursos humanos afectos à área de informática e às implicações que daí resultam para o correcto funcionamento dos serviços informáticos do IPS, que o número de postos de trabalho a ocupar na sequência da abertura do presente procedimento concursal não ultrapassa o número de não docentes e não investigadores existentes a 31 de Dezembro de 2010 no IPS e ainda por questões de economia processual foi, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da LVCR em conjugação com o n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, determinado, por meu despacho de 24/10/2011, que no caso da impossibilidade de ocupação de todos ou parte dos postos de trabalho por aplicação do estipulado no ponto anterior, se procederá ao recrutamento de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público determinada ou determinável, ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

5 — Número de postos de trabalho a ocupar — 6

6 — Quota de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 % — 1

7 — Caracterização do posto de trabalho — Funções de concepção e aplicação nas áreas de gestão e arquitectura de sistemas de informação, de infra—estruturas tecnológicas e de engenharia de *software*:

7.1 — Referência A — 1 posto de trabalho na área de Informática (Gestão e administração de bases de dados) com as seguintes atribuições específicas: administração de sistemas de gestão de bases de dados Oracle para suporte às aplicações da instituição; dar suporte às aplicações do Sistema de Informação da instituição associadas a cada uma das Unidades Orgânicas do IPS; dar suporte à aplicação do sistema de